



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

**RESOLUÇÃO Nº 032, DE 16 DE JUNHO DE 2021.**

Dispõe sobre a linguagem a ser adotada para o texto do Regimento Geral da Universidade Federal de Lavras, no que tange à paridade de gênero.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando o relatório elaborado pela comissão, composta exclusivamente por mulheres, designada pela Portaria da Reitoria nº 1.850/2020, a qual concluiu que não existe um consenso em relação ao estilo de linguagem a ser utilizado, portanto encaminhou a proposta apoiada pela maioria das integrantes; e

Considerando o que foi deliberado em sua reunião de 16/6/2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º Acatar o relatório anexo a esta Resolução, elaborado pela Comissão designada pela Portaria da Reitoria nº 1.850/2020, e adotar para a redação do Regimento Geral, aprovado pela Resolução CUNI nº 017/2021, a linguagem não binária, ou seja, que não use palavras no masculino e no feminino, optando por termos que sugiram neutralidade, nos casos em que essa alteração for possível.

Parágrafo único. No caso em que a alteração disposta no **caput** não for possível, manter o texto já aprovado.

Art. 2º Estabelecer que o texto do Regimento Geral contemplado com a linguagem não binária, seja revisado por comissão constituída pelo Reitor da UFLA e submetido ao Conselho Universitário.

Art. 3º Estabelecer que a linguagem não binária a ser adotada não altere o conceito do texto expresso no Regimento Geral aprovado pelo Conselho Universitário em 14/4/2021.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021.

**JOÃO CHRYSOSTOMO DE RESENDE JÚNIOR**

Presidente



**COMISSÃO DESIGNADA PELA PORTARIA REITORIA Nº 1.850, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020**

Lavras, 16 de março de 2021.

**Ao Presidente do Conselho Universitário**

**Assunto:** Relatório final de Comissão encarregada de discutir sobre aspectos ligados à paridade de gênero na redação do Regimento Geral da UFLA e demais atos normativos como documento complementar ao Parecer

Prezado Senhor,

Encaminhamos anexo o relatório final elaborado pela Comissão encarregada de discussão sobre aspectos ligados à paridade de gênero na redação do Regimento Geral da UFLA e demais atos normativos (Portaria 1850/2020)

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink that reads 'Priscila Vieira e Rosa'.

Priscila Vieira e Rosa  
Presidente da Comissão

**LAVRAS – MG**

## 1- Introdução

O relatório foi elaborado com o objetivo de balizar as decisões do CUNI em relação as discussões realizadas sobre aspectos ligados à **paridade de gênero na redação do Regimento Geral da UFLA e demais atos normativos**. A comissão nomeada pela Portaria da Reitoria nº 1850/2020, foi composta pelas servidoras Priscila Vieira e Rosa, Helena Maria Ferreira, Elaine Aparecida de Souza, Christiane Maria Barcellos Magalhães da Rocha, Zuy Maria Magriotis, Viviane Naves de Azevedo, Camila Maria Risso Sales, Carolina Faria Alvarenga e Ana Luiza Garcia Campos, sob a presidência da primeira.

## 2- Síntese das discussões

A comissão realizou reuniões para uma discussão sobre o objeto da referida comissão. Na primeira reunião, foi apresentado, pela presidente da comissão, um estudo do estilo de linguagem utilizado em textos do campo jurídico, de modo especial, regimentos gerais de outras instituições (Universidades Federais, Estaduais e privadas). Foram também consultados o Manual de Redação da Presidência da República (que regulamenta os usos da linguagem nas instâncias federais) e as orientações da Academia Brasileira de Letras (que institucionaliza os usos gramaticais do português no contexto brasileiro). Nesses documentos, não se adotam estilos de linguagem relacionados às questões de diversidade de gênero.

As participantes da comissão fizeram um estudo minucioso acerca dos usos da linguagem e foram observados posicionamentos diferenciados. Nesses estudos, há um consenso de que alterações em padrões linguísticos devem considerar a dinamicidade dos usos sociais da linguagem. Para integrar a organização da língua, uma forma sofre variação (usos informais) para, posteriormente, constituir-se efetivamente como mudança linguística (usos formais ou usos institucionalizados).

No que diz respeito às questões de gênero, observou-se que essas formas têm passado por análises de estudiosos da linguagem, estando em uma fase de consolidação dos usos. Esse momento tem instaurado diferentes posicionamentos por parte das diferentes áreas do conhecimento (Linguística, Ciências Sociais etc.)

Por um lado, há, por exemplo, restrições em relação ao emprego do @, pois, além de dificultar os processos de inclusão, esse símbolo não se constitui como uma letra, o que afetaria o sistema alfabético, a constituição dos padrões silábicos da língua portuguesa e a definição da pronúncia. A mesma lógica ocorre com o emprego do “x”. O emprego do “-e” tem sido também

surgido como uma possibilidade, mas ainda em análise acerca dos efeitos que essa alteração pode acarretar à estrutura e funcionamento da língua. O emprego de “o” e “a” tem sido um uso recorrente, mas também possui suas restrições, tais como: ordem de uso (pode sugerir um efeito de sentido), o uso de “o/a” ou de “o(a)” pode representar binarismo, o uso do termo completo (alunos e alunas) pode prejudicar a objetividade do texto em certos contextos, afetando o princípio da economia linguística. Há, ainda, o argumento de que qualquer alteração na grafia da língua implicaria em acordos internacionais (tal como acontece com a ortografia), em custos com as práticas editoriais (adaptação das obras em suporte digital e impresso) e dificuldades para o processo de alfabetização e para a inclusão de pessoas cegas, surdas, disléxicas, autistas e afásicas. Assim, uma mudança precisa ser minuciosamente sistematizada para evitar alterações que impliquem em readequações para atendimento às demandas sociais. Além disso, há sinalizações relacionadas a um discurso “politicamente correto”, que não promove mudanças comportamentais efetivas, ou seja, a mera alteração de um padrão linguístico não garante uma mobilização social, é preciso uma mudança de posicionamento.

Por outro lado, há indicações de que o uso de estilo de linguagem não sexista ou não binária é uma ação necessária para instaurar provocações para uma reflexão acerca das questões de gênero na sociedade. E que, além disso, é possível ter avanços significativos fazendo-se uso de recursos que a língua já oferece. Há estudos no campo das humanidades que defendem que este tipo de ação tem o potencial de influenciar mudanças linguísticas e servem como uma forma de instauração de novas configurações culturais, que podem romper com a forma hegemônica de conceber as expressões de gênero e da sexualidade. Além disso, contemplam parte significativa da população que o uso exclusivo do masculino deixa de lado.

Nesse contexto, algumas pesquisas defendem que a linguagem não sexista ou ainda a linguagem não binária deve ser utilizada para superar a marcação de traços estereotipados de gênero, que além de não contemplar as múltiplas identidades de gênero, pode ser considerada como uma forma de silenciamento diante das diferenças, numa pretensa neutralidade que privilegia o dominante. Essas questões são estruturais e, desse ponto de vista, uma das formas de enfrentamento das desigualdades de gênero, principalmente, em instituições públicas, é o não ocultamento das mulheres na linguagem, com a inserção não apenas de uma linguagem neutra, mas também de forma a dar visibilidade à presença de mulheres nos mais diversos setores, alguns dos quais elas constituem, inclusive, maioria. Isso pode ser feito com palavras, construções frasais e outros instrumentos que já têm uso corrente na língua portuguesa. Destaca-se que já existem orientações acerca desses usos, como exemplo o Manual de Redação não-sexista do governo do Rio Grande do Sul.

A compreensão da linguagem como construção social, marcada pelas relações de gênero, permite a (des)construção de padrões relacionais e o redimensionamento de estereótipos. Além disso, os usos de linguagem que abarcam tanto o sexo feminino quanto o masculino e as múltiplas identidades de gênero podem promover a inclusão social, a ampliação da representatividade e a diminuição de situações de preconceitos e de discriminação. Nessa direção, várias pesquisas no campo das Ciências Humanas reconhecem as potencialidades dos estudos de gênero e diversidade sexual para a promoção de mudanças sociais e o papel da linguagem nessa conjuntura.

Outras pesquisas, no campo dos estudos do gênero ou dos estudos da linguagem, explicitam que os usos de padrões linguísticos representam escolhas subjetivas, uma vez que, as pessoas, por se constituírem como sujeitos sociais, devem ter liberdade e autonomia para utilizarem (ou não) esse estilo de linguagem em suas comunicações privadas, em função de seus posicionamentos em relação à questão.

Diante do exposto, conforme se pode observar, não existe um consenso em relação ao estilo de linguagem a ser utilizado. Com vistas a ampliar a discussão, as professoras Camila e Carolina colocaram-se à disposição para fazerem um exercício de alterações da linguagem em alguns artigos da proposta do regimento geral da UFLA, considerando um estilo de redação não-sexista para uma análise das potenciais mudanças que deveriam ser realizadas no documento.

Na reunião do dia 12/03, a presidente sintetizou a discussão feita na reunião anterior. Em seguida, a profa. Camila apresentou uma versão da proposta de Regimento Geral da UFLA, com alteração de alguns artigos (33 artigos, conforme documento em anexo). Para tal, foi feita a opção por uma redação menos sexista, que contemplasse o feminino, o padrão culto da língua e a economia textual.

Após ampla discussão foram submetidas para votação duas propostas: **Proposta 1:** alteração da redação do Regimento conforme apresentado à comissão, sugerindo redação não-sexista com o uso de termos mais neutros sempre que possível e do masculino e feminino quando não houver palavra ou expressão de neutralidade cabível e **Proposta 2:** fazer apenas as alterações que não sejam binárias, ou seja, que não usem palavras no masculino e no feminino, optando por termos que sugiram neutralidade, sempre que possível. A proposta 2 obteve maior número de votos.

Para a garantia da transparência das discussões realizadas, decidiu-se também que, em anexo, a este relatório será apresentado documento que aponte as possibilidades de mudança na redação do regimento, destacando alterações que atendam à proposta 1, à proposta 2 e a

ambas, conforme pode-se ver na legenda. Como outros encaminhamentos, foi sugerido, a critério das Unidades Administrativas e Acadêmicas, começar a trabalhar nos regimentos internos a redação não-sexista, e a formação de uma outra comissão para tratar, na Universidade Federal de Lavras, de políticas de equidade de gênero.

Anexo 1: Arquivo com as alterações no Regimento Geral da UFLA

Todas as participantes manifestaram-se favoráveis à recomendação de que:

### **3. Conclusão da discussão:**

1. A maioria das participantes (conforme resultado da votação) sugere ao CUNI alterar a escrita do Regimento Geral em linguagem não binária, ou seja, que não usem palavras no masculino e no feminino, optando por termos que sugiram neutralidade (ex: alunos = corpo discente), nos casos em que essa alteração for possível. Manter o padrão masculino para construções em que a neutralidade não for possível.

Todas as participantes manifestaram-se favoráveis à recomendação de que:

1. A critério das Unidades administrativas e acadêmicas, construir os Regimentos internos que possam atender às demandas da maioria dos participantes de cada grupo, com vistas a contemplar os posicionamentos majoritários em relação aos usos da linguagem não sexista ou não binária, das diferentes instâncias institucionais.
2. Constituir comissão para tratar, na Universidade Federal de Lavras, de políticas de equidade de gênero com pessoas que estejam envolvidas ou se interessem pelas temáticas.